

AS PROPOSTAS DA UNESCO E O PANORAMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: PONTOS E CONTRAPONTO

Oséias Santos de Oliveira – UFSM/RS

Sueli Menezes Pereira – UFSM/RS

Clarice Zientarski – UFSM/RS

oseias.ol@uol.com.br

Resumo: Este artigo analisa, através pesquisa documental, o panorama educacional brasileiro no período compreendido entre 1990 e 2008 frente ao *Relatório de Monitoramento de Educação para Todos 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?* – publicado pela UNESCO como um documento síntese da realidade brasileira, comparada a de outros países em iguais condições e mesmo países da América do Sul. Os resultados expõem desigualdades na educação brasileira, os desafios para o cumprimento das metas das Conferências de Jomtien/Dacar e considerações sobre as prioridades das políticas educacionais.

Palavras-chave: políticas educacionais – educação brasileira – documentos da UNESCO

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende analisar os avanços e retrocessos das recentes políticas públicas brasileiras na área da educação e o sua relação com as metas estabelecidas pela UNESCO frente às propostas da Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada e realizada pela UNESCO, em Jomtien/Tailândia em 1990, do Fórum de Educação para Todos, realizado em 2000, em Dacar/Senegal, cuja avaliação se consubstancia no Relatório Global de Monitoramento de Educação Para Todos (2008). Este documento, publicado anualmente pela UNESCO, estabelece metas a serem cumpridas pelos países que firmaram o acordo de expandir significativamente as oportunidades educacionais às crianças, jovens e adultos, até o ano de 2015. Nesta perspectiva o relatório aponta os avanços significativos alcançados por diversos países, bem como os principais obstáculos a serem transpostos, para o efetivo cumprimento das metas. Diante dos resultados apresentados no relatório busca-se analisar os processos e mudanças educacionais brasileiras, ocorridas no período compreendido entre o ano 1990 e 2008.

O trabalho constituiu-se de uma pesquisa documental, comparativa, tendo como base os documentos da UNESCO e os dados da atual realidade educacional brasileira, apresentados no banco de dados do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação Anísio Teixeira – INEP/MEC.

Tanto a Conferência de Jomtien, quanto o Fórum de Dacar configuram-se como momentos históricos para a educação e sinalizam a preocupação de organismos internacionais, governos e sociedade civil em reverter o quadro caótico referente à qualidade, acesso, permanência, inclusão e universalização da educação em grande parte dos países do mundo. No Brasil, os reflexos das decisões e encaminhamentos propostos nestes dois importantes espaços de discussão se fazem sentir especialmente no planejamento e organização da educação nas atuais políticas de Estado.

Mesmo que se verifiquem significativos avanços e tenham ocorrido diversas tentativas de promover uma educação pública de qualidade, ampliando acessos e condições de permanência aos alunos, ainda há um longo caminho a ser percorrido, para se alcançar os seis objetivos propostos para Educação para Todos (EPT), que abrangem: 1) educação e cuidados na primeira infância; 2) universalização da educação primária; 3) necessidades de aprendizagem dos jovens e dos adultos; 4) alfabetização de adultos; 5) paridade e igualdade de gênero; 6) qualidade da educação.

No documento da UNESCO: “*O Relatório de Monitoramento de Educação para Todos 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?*” ficam expostas as desigualdades na educação brasileira, os desafios para o cumprimento das metas de Dacar e considerações sobre as prioridades das políticas educacionais no país.

A CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (1990) E O FÓRUM DE DACAR (2000): DELINEAMENTOS REFERENCIAIS PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS ATUAIS

A Conferência de Jomtien/Tailândia (1990) representou um momento histórico para a educação em todo o mundo, em especial, possibilitou uma série de discussões sobre a realidade educacional dos 155 países presentes e representados por seus governos. Os patrocinadores e financiadores desta Conferência foram quatro organismos internacionais: a UNESCO – Organização das Ações Unidas para a Educação; o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, o BID – Banco Mundial e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Estes organismos internacionais assumem, ao longo de todo o processo preparatório e no decorrer da própria Conferência, posições que apresentam-se em alguns momentos distintas e em outros complementares. Gadotti (2000), pondera que,

A Unesco destacou a diversidade e as minorias – por exemplo, o analfabetismo da mulher. Uma categoria nova aparece no discurso pedagógico: a equidade. Até 90, falava-se muito na igualdade de oportunidades. A partir daí, passa-se a trabalhar com a categoria de equidade. O contrário de igualdade é desigualdade e de equidade é inequidade (...). O Unicef enfatizou a educação integral e suas necessidades básicas. O novo enfoque da conferência de Jomtien passou a ser a educação não mais identificada como escolaridade. (...) o Unicef tentou dar uma conotação mais qualitativa, abordando qualidade de vida, de nutrição e de saúde das crianças. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realçou a idéia de que a melhoria dos índices de educação acabaria produzindo melhor crescimento econômico. O Banco Mundial esteve mais preocupado com o gerenciamento dos recursos, batendo na tecla de que há recursos para a educação, mas são mal-aproveitados (GADOTTI, 2000, p. 28/29).

Estas posições, assumidas e defendidas pelos organismos internacionais, somadas aos debates e reflexões emanadas da própria Conferência ocorrida na Tailândia são organizadas e originam os documentos da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* e o *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Nestes documentos, os países signatários reconheciam que mais de 100 milhões de crianças eram excluídas do ensino primário; que o analfabetismo funcional constituía-se num problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento, sendo que constatava-se mais de 960 milhões de adultos analfabetos; que em torno de um terço dos adultos do mundo não tinham acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias; que o número de crianças e adultos que não conseguiam concluir o ciclo básico era superior a 100 milhões e que outros milhões, embora o concluíssem, não adquiriam conhecimentos e habilidades essenciais.

Diante deste quadro nada animador dos números e realidades educacionais, a proposta da Conferência de Jomtien previa alterar significativamente as situações constatadas no período de uma década. Entre as inúmeras intenções acordadas, destaca-se a de assegurar educação básica para a população mundial, além de renovar sua visão e alcance. A partir de Jomtien, a educação passa a figurar no centro das atenções mundiais, com monitoramentos anuais das ações dos governos, realizados pela UNESCO, no sentido de acompanhamento dos avanços e dos entraves que ainda deveriam ser vencidos. A grande mobilização concentrou-se prioritariamente na educação básica, visando estabelecer metas e compromissos que deveriam ser perseguidos, inicialmente, até o ano 2000.

O *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*, aprovado durante a Conferência de Jomtien previa, entre outras ações, que cada país poderia estabelecer suas próprias metas para a década de 1990, quando da elaboração de seu respectivo Plano de Educação para Todos. As diretrizes orientadoras destas elaborações deveriam levar em conta

dimensões que explicitassem a expansão dos cuidados básicos da infância, promovendo a inclusão; acesso universal e conclusão da educação básica até o final da década de 90; melhoria dos resultados de aprendizagem com estabelecimento de metas de avaliação dos resultados educacionais, assim como metas para a superação dos índices de aquisição de conhecimentos convencionados por cada país; redução pela metade da taxa de analfabetismo adulto, com atenção especial à alfabetização das mulheres, diminuindo significativamente a desigualdade de acesso à educação entre homens e mulheres; ampliação dos serviços de educação básica e capacitação em outras habilidades essenciais necessárias aos jovens e adultos, avaliando a eficácia dos programas em função de mudanças de comportamento e impactos na saúde, emprego e produtividade; aumento da aquisição, por parte dos indivíduos e famílias, dos conhecimentos, habilidades e valores necessários a uma vida melhor e um desenvolvimento racional e constante.

Visando garantir o cumprimento destas ações e metas, os organismos internacionais, juntamente com os países signatários do acordo da UNESCO deveriam promover um contexto de políticas de apoio no âmbito econômico, social e cultural, com a mobilização de recursos financeiros, públicos, privados e voluntários, reconhecendo que o tempo, a energia e o financiamento dirigidos à educação básica constituem o mais profundo investimento que se possa fazer na população e no futuro de um país. Ainda consideraram prioritário o “fortalecimento da solidariedade internacional”, promovendo “relações econômicas justas e eqüitativas” para “corrigir as disparidades econômicas entre nações”, priorizando o apoio aos países menos desenvolvidos e de menores ingressos e “eliminando os conflitos e contendas a fim de garantir um clima de paz” (UNESCO, 1990).

As constatações apresentadas nesta Conferência propiciaram o desenvolvimento de ações que visavam promover a melhoria da educação e trazer uma nova configuração à educação básica, sendo que no entendimento de Gadotti (1991) houve um deslocamento do eixo de debate educacional, do tema da “alfabetização” para o tema da “educação básica”, considerando que:

De certa forma, a "nova visão" da edificação proposta pela Conferência de Jomtien inclui a alfabetização no conceito de educação básica, e assim fazendo dá um novo significado tanto para uma quanto para a outra. A educação começa a ter um novo enfoque. A alfabetização deixa de ser a principal preocupação dos países com altas taxas de analfabetismo, para os, esforços se concentrarem na universalização da educação básica, encarando-se a alfabetização como parte da educação básica. (GADOTTI, 1991, p. 1)

Contudo, decorridos dez anos da Conferência de Jomtien, reúnem-se em Dacar, no Senegal, governos de 164 países com a intenção de promover uma análise sobre os progressos alcançados ao longo de uma década. O denominado “Fórum de Educação para Todos” ocorrido no ano 2000 estabelece metas a serem cumpridas até 2015, pois até então, a análise crítica do andamento das metas estabelecidas na Tailândia demonstravam que muitos países haviam negligenciado o acordo estabelecido quando daquela conferência e que as inúmeras desigualdades, ainda persistentes, eram inaceitáveis. Firma-se então o *Compromisso de Dacar*, onde os países comprometeram-se com a efetiva expansão de oportunidades educacionais para crianças, jovens e adultos. Seis metas abrangentes constituem o compromisso, sendo elas: 1) Expansão da educação e cuidados com a primeira infância; 2) Universalização da educação elementar, obrigatória e gratuita; 3) Aprendizagens de jovens e adultos; 4) Redução das taxas de analfabetismo; 5) Igualdades entre homens e mulheres em relação às oportunidades educacionais e 6) Qualidade da educação em todos os seus aspectos.

A partir de então, 129 países passam a ser monitorados pelos organismos internacionais, especialmente pela UNESCO, dentre eles o Brasil, com divulgação de relatórios anuais de avaliação de cumprimento das metas. Ao mesmo tempo em que se explicitam as realidades individuais destes países, também são apresentados relatórios globais que fazem comparativos de igualdades e disparidades constatadas nas análises das políticas, ações e implementações realizadas pelas nações.

O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO NO CUMPRIMENTO DAS METAS DO COMPROMISSO DE DACAR

O Relatório de Monitoramento de Educação para Todos 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? propõe-se a realizar um comparativo entre a realidade brasileira no contexto de dois grupos. O primeiro, denominado Grupo E – 9 é composto pelos países que, no seu conjunto representam mais de 50% da população mundial, tais como Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, inclusive o próprio Brasil. Estes países se caracterizam pelos altos índices de analfabetismo, maior concentração de crianças em idade escolar e elevado percentual destas fora da escola. O segundo grupo estabelece comparativos entre Brasil e países mais populosos da América do Sul, sendo estes: Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. Em seguida são analisadas as prioridades políticas brasileiras na consecução dos objetivos da Educação para Todos (EPT), mais especificamente em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE).

A situação educacional do Brasil, em alguns aspectos, continua preocupante, ainda que seja possível verificar um crescente interesse governamental e da sociedade como um todo para se alcançar as metas de EPT.

Segundo aponta o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos (2008):

O Brasil está perto de atingir o objetivo de universalização da educação compulsória, quando se leva em conta apenas o acesso. No indicador de qualidade, a taxa de sobrevivência na 5ª série, está em sua pior situação: entre os 129 países avaliados no relatório de Monitoramento Global, o Brasil ocupa a 93ª posição. Além disso, encontra-se em risco de não reduzir pela metade a taxa de analfabetismo e de não alcançar a paridade de gêneros nos ensinos fundamental e médio (UNESCO, 2008, p. 12).

O Relatório da EPT/2008 tece uma análise detalhada de cada um dos objetivos propostos e os avanços ou retrocessos do Brasil em relação a cada um deles, evidenciando a necessidade de serem constantemente monitorados e revistos para que sejam de fato atingidos.

O objetivo 1, que trata da educação e cuidados na primeira infância refere-se à ampliação e ao aperfeiçoamento dos cuidados e da educação para esta etapa do desenvolvimento infantil, tratando de contemplar prioritariamente as crianças mais vulneráveis em situação de maior carência. Assim sendo, o atendimento de necessidades educacionais, alimentares, de saúde e os diversos programas de cuidado e educação infantil têm por finalidade reduzir desvantagens verificadas neste objetivo, bem como tornar possível as demais metas, ou seja, com uma maior atenção aos cuidados e com uma educação de qualidade na fase inicial de desenvolvimento da criança, há a probabilidade de atingir as demais metas. O relatório ainda observa o expressivo progresso nos serviços de saúde e imunização que possibilitam o aumento do bem-estar e reduzem significativamente a mortalidade infantil (UNESCO, 2008, p. 12). Na área da educação, o relatório não trata diretamente do atendimento educacional de crianças de zero a três anos, porém os dados de 2005 ainda mostravam maior carência neste período. Na educação pré-escolar o relatório analisa a realidade mundial até 2005, considerando que houve um crescimento no número de matrículas de 33% para 40%. No Brasil, os resultados finais do Censo Escolar de 2007 (INEP, 2007), apontam uma queda de -7,43% no número de matrículas para a educação infantil. Esta variação negativa é verificada a partir de 2005, o que pode ser visualizado no quadro 01:

Etapa/ Modalidade de Educação	Matrículas nos anos					
	2004	2005	2006	2007	Diferença 2006-2007	Variação % 2006-

Básica						2007
Educação Infantil	6.903.763	7.205.039	7.016.095	6.494.878	-521.479	-7,43

Quadro 01. Variação de matrículas na Educação Infantil de 2004 à 2007

Fonte: INEP, disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_01.htm> com adaptações dos autores.

O relatório da EPT alerta para a falta de professores qualificados e ainda verifica que é grande o número de instituições infantis e creches que atuam sem regularização, conforme dispõe a legislação educacional. Esta falta de acompanhamento, associada às carências pedagógicas e de formação dos educadores, de recursos e materiais destas instituições comprometem a qualidade do ensino na educação infantil.

O segundo objetivo da EPT (UNESCO, 2008) aborda a questão da universalização da educação primária e visa assegurar que, até 2015, todas as crianças, com especial atenção às meninas em situação de risco e pertencentes às minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito e de qualidade.

Quanto ao acesso à educação primária, o Brasil encontra-se em uma situação mais privilegiada que muitos dos demais países, sendo que 95% das crianças de sete a dez anos encontram-se na escola. Segundo informação destacada pelo Relatório da EPT (UNESCO, 2008), “como nos outros países, vem diminuindo o número de crianças brasileiras desta faixa que se encontravam fora da escola: elas somavam mais de 1.032 milhão em 1999 e em 2005 totalizaram 482 mil” (UNESCO, 2008, p. 14).

Os dados do Censo Educacional Brasileiro, relativos ao período de 2004 a 2007 (Quadro 02), demonstram que a matrícula nesta modalidade da educação básica teve igualmente um decréscimo, sendo observada a diferença de -3,59 de variação em relação aos dados de 2007 em contraponto ao ano anterior. Essa tendência de diminuição é verificada desde 2004 e está associada às diversas variantes demográficas e às políticas de correção de fluxo desenvolvidas nos últimos anos e, ainda, há que se considerar o ajuste metodológico efetuado no Censo Escolar de 2007 com a inclusão de base de dados e de informações repassadas on-line, diretamente das escolas ao Programa EDUCACENSO que, ao utilizar ferramentas web na coleta, organização, transmissão e disseminação dos dados dos cadastros de todos os estabelecimentos de ensino, alunados, evolução de matrículas, em todas as modalidades ou etapas de ensino da educação básica, também permitiu uma melhoria significativa nos processos de registro e tratamento dos dados e a identificação de alunos com mais de uma matrícula e de professores que exercem mais de uma função docente.

Etapa/ Modalidade de Educação Básica	Matrículas nos anos					
	2004	2005	2006	2007	Diferença 2006-2007	Varição % 2006- 2007
Ensino Fundamental	34.012.434	33.534.700	33.282.663	32.102.787	-1.196.475	-3,59

Quadro 02. Variação de matrículas no Ensino Fundamental de 2004 à 2007

Fonte: INEP, disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_01.htm> com adaptações dos autores.

O que se verifica, no entanto, ao longo da educação primária é que o acesso não se traduz em permanência ou qualidade de ensino. Assim, é possível verificar nos dados do INEP relativos a 2005 que apenas 80,8% dos alunos atingiram a 5ª série do ensino fundamental. Associado a isto, ainda há o grave problema brasileiro das disparidades regionais, fruto de condicionantes geográficos, culturais e socioeconômicos.

Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), conforme Quadro 03, revelam que a taxa de analfabetismo no Brasil, entre pessoas de 10 a 14 anos era, no ano de 1992, exatamente no período que acontecem as primeiras ações da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* e do *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*, equivalente a 12,4% da população neste faixa etária. Já no ano de 2001 este índice é reduzido para a marca de 4,2 pontos percentuais e continua a decrescer na última verificação realizada em 2007, ficando em 3,0%.

Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade	Anos					
	1992	2001	2004	2005	2006	2007
%	12,4	4,2	3,6	3,2	2,9	3,0

Quadro 03. Variação da taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade verificada entre de 1992/ 2007.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em <http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE302>, com adaptações dos autores.

A universalização que se empenha a meta 02 do Compromisso de Dacar ainda é uma realidade a ser perseguida no Brasil e, por todos os condicionantes e verificações realizadas

até o momento é uma situação que exigirá maior atenção das políticas para a educação, visando não apenas oportunizar o acesso do aluno ao ensino na idade adequada, mas de oportunizar também sua conclusão atendendo aos requisitos essenciais para uma educação realmente qualificada e carregada de sentidos.

A meta 03 do EPT (UNESCO, 2008) abrange as necessidades de aprendizagem dos jovens e dos adultos e objetiva assegurar que sejam atendidas necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através do acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida (UNESCO, 2008, p. 15). A falta de uma meta quantitativa para monitorar este objetivo geram, no entendimento da UNESCO, uma dificuldade de avaliação de cumprimento deste objetivo. Os dados referidos pelo relatório consideram a existência, em 2005, de um contingente de 24,9 milhões de adolescentes e jovens na faixa etária de 11 a 17 anos, idade em que deveriam cursar a educação secundária, sendo que as matrículas deste mesmo ano somavam 25,1 milhões. Esta alteração ocorre pelo fato de que há um grande número de alunos com idade superior a 17 anos nos bancos escolares da etapa da educação secundária, o que revela um atraso significativo para sua conclusão.

O Quadro 04 demonstra a quantidade de alunos matriculados em 2007 na Educação Básica brasileira, explicitando que o maior contingente, de mais de 29 milhões de alunos, situa-se na idade entre 6 a 14 anos, correspondendo à idade correta para o ensino fundamental. Em seguida, observa-se que, entre as idades de 15 até 29 anos há um número expressivo de 15.751.820 alunos registrados nas matrículas iniciais do ano 2007. Com idade superior a 29 anos existiam 2.702.265 estudantes que não haviam vencido esta etapa da educação básica.

Alunos da Educação Básica	Faixa Etária							
	0 a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Mais que 29 anos	
Total Brasil	52.179.530	1.194.928	3.392.198	29.138.319	8.759.754	5.779.802	1.212.264	2.702.265

Quadro 04: Número Total de Alunos da Educação Básica por Faixa Etária, no Brasil, em 30/5/2007

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 2007, disponível em

<<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse/sinopse.asp>> com adaptações dos autores.

A alfabetização de jovens e adultos figura no Relatório da EPT (2008), como a quarta meta se ser priorizada pelos países membros do acordo de Dacar. Trata-se de forma objetiva

em alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos. O Relatório aponta que três quartos dos analfabetos do mundo encontram-se em quinze países, incluindo o Brasil. A previsão da UNESCO é de que, entre os 110 países que ainda não venceram o desafio da alfabetização de jovens e adultos, pelo menos 72 destes não conseguirão vencer a meta de 50 % de escolarização de seus analfabetos até 2015. O Brasil possuía, ainda em 2005, cerca de 15 milhões de analfabetos absolutos, que não apresentavam capacidades mínimas para a leitura e a escrita, o que corresponde 11,1% da população (UNESCO, 2008, P. 18).

Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertada aos alunos que não tiveram acesso ao ensino fundamental e ao médio na idade própria, tanto nas formas de ensino presencial como semipresencial, os dados do Censo Escolar de 2007 revelam o quantitativo de 4.940.165 milhões de matrículas, conforme verifica-se no Quadro 05:

Alunos da Educação de Jovens e Adultos EJA	Sexo		
	Feminino	Masculino	Total
Brasil	2.505.913	2.434.252	4.940.165

Quadro 05: Número de Alunos da Educação de Jovens e Adultos por Sexo, no Brasil, em 30/5/2007
 Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica 2007, disponível em
<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse/sinopse.asp> com adaptações dos autores.

Na educação profissional, nas modalidades de oferta concomitante (para alunos que ainda estão cursando o ensino médio independentemente do curso de educação profissional que frequentam) e subsequente (para aqueles que já concluíram o ensino médio), foram registradas, em 2007, 682.431 mil matrículas, conforme indica o Censo Escolar deste ano.

A questão da paridade e igualdade de gênero firma-se como o quinto objetivo da EPT e prioriza eliminar até 2015 as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando em 2015, igualdade de gêneros na educação, visando principalmente garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no curso primário de boa qualidade (UNESCO, 2008, p. 17).

Quando da realização da Conferência de Jomtien (1990), ainda no preâmbulo do documento, confirmavam-se as seguintes realidades: “mais de 100 milhões de crianças, das

quais, pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; [...] que, mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres são analfabetos”. Porém, passada uma década, o acompanhamento das metas de EPT, “evidenciou-se que cerca de 113 milhões de crianças que não tinham acesso à escola primária, 60% era meninas” (UNESCO, 2008, p. 17).

O Brasil não apresenta maiores problemas em relação à paridade e igualdade de gênero no acesso à educação básica, sendo que os dados dos últimos censos educacionais demonstram paridade e em alguns casos o número de mulheres com acesso a educação é maior que o de homens.

A meta de qualidade da educação figura como o sexto objetivo de EPT, a ser alcançado até 2015 e preconiza melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos de forma a que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização lingüística e matemática e na capacitação essencial para a vida (UNESCO, 2008, p. 18).

O Quadro 06 demonstra a variação das matrículas da Educação Básica, sendo possível de se observar uma variação de -5,35% como diferença entre 2006 e 2007.

Educação Básica	Matrículas nos anos					
	2004	2005	2006	2007	Diferença 2006-2007	Variação % 2006-2007
TOTAL	56.851.090	56.471.804	55.942.047	52.969.456	-2.994.402	-5,35

Quadro 06. Variação de matrículas totais da Educação Básica de 2004 à 2007

Fonte: INEP, disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_01.htm> com adaptações dos autores.

O contingente de alunos brasileiros esteve distribuído, no ano de 2006, “em 203,9 mil estabelecimentos educacionais, dos quais 82,6% são públicos e 17,4%, privados” (INEP, 2007, p. 38), revela que a oferta de ensino básico obteve um crescimento significativo nos últimos anos, fruto de uma política de inclusão do aluno na escola. As ações, decorrentes destas políticas de acesso são referendadas pela Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990), também pela V Conferência Internacional de Educação de Adultos promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Hamburgo, 1997, que utiliza uma concepção ampliada de formação de

peessoas adultas que compreende a variada gama de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada passível de ser adquirida ao longo da vida e ainda na Reunião Internacional de Especialistas sobre o Ensino Médio no Século XXI, realizada pela UNESCO, na cidade de Beijing, na República Popular da China, em maio de 2001, quando chega-se ao consenso de que o Ensino Médio deve merecer alta prioridade sendo que seus objetivos e suas funções necessitam de urgente ressignificação.

Diante disso torna-se necessário o questionamento sobre a relação acesso, qualidade e equidade à educação: o acesso é necessário, mas recuperar a função social da escola torna-se tarefa imprescindível para governos e sociedade, especialmente num tempo de profundas transformações de natureza social e em especial das relações do mundo do trabalho. Através das análises do Relatório da UNESCO e do próprio INEP/MEC, constata-se que, salvo raras exceções, a escola brasileira reproduz conhecimentos acrítica e descontextualizadamente, reforçando desta forma as desigualdades características de uma sociedade prefigurada num modelo econômico capitalista e neoliberal, que cada vez mais nega as obrigações do Estado e os direitos sociais mais básicos da população.

A ideologia neoliberal promove a livre concorrência, sendo que a supremacia de poder econômico é que determina o poder de compra concentrado nas mãos de poucos. Neste meio, a educação pública vem sendo reduzida como uma mercadoria que se torna acessível apenas a quem dispõe de recursos. As políticas privatizantes têm negado o direito à escola pública financiada pelo Estado, que cada vez mais demonstra seu poder de ação voltado ao controle da escola, mediante mecanismos manipuladores como planos, programas estruturantes e progressivo repasse de responsabilidades à sociedade.

Os indicativos escolares e a realidade em que o sistema educacional brasileiro está imerso está muito distante de ser considerada como sinalizadora de qualidade e especialmente de inclusão dos jovens. Ampliar o número de vagas ou a quantidade de escolas para atender a demanda do Ensino Fundamental, em especial nos seus quatro anos finais e também no Ensino Médio, por si só não é garantia de um ensino eficaz que possibilite ao jovem um espaço para o exercício da cidadania e um preparo para o mundo do trabalho. A realidade educacional do país, ainda pode ser discutida, tomando-se como referência os indicativos do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos (INEP, 2003), que caracteriza-se como um programa internacional de avaliação comparada, que tem por finalidade a produção de indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Segundo aponta o relatório técnico final

do INEP, sobre os resultados do PISA em 2003, o Brasil mostrou alguns avanços na segunda edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Porém, mesmo sendo o país que mais cresceu na avaliação de Matemática e Ciências e mantendo o mesmo o desempenho de 2000 em Leitura, o Brasil ocupa uma das últimas posições, entre os 41 países participantes da avaliação internacional e é pequena a proporção dos alunos que apresentam as competências adequadas às séries que frequentam. Esta constatação demonstra que o analfabetismo funcional é hoje um dos problemas gritantes do ensino brasileiro.

O crescente aumento das matrículas no Ensino Fundamental, decorrente das últimas políticas educacionais levou a uma massificação do Ensino Médio. Amplia-se assim a oferta de vagas também no Ensino Médio, porém as estruturas das escolas não são adequadas à realidade juvenil, os currículos carecem de reformulações e os professores de atualizações para que esta demanda seja melhor atendida. Aos poucos, observa-se um avanço nas discussões sobre o mundo do trabalho, ampliando a compreensão dos jovens sobre as possibilidades de sua inserção neste contexto altamente competitivo e que se apresenta com características extremamente diferenciadas quanto às condições de empregabilidade, ou seja, os jovens precisam conhecer as diferentes maneiras de buscar uma colocação no meio produtivo, valendo-se da criatividade e das relações autônomas.

Outro aspecto igualmente importante para a efetivação de uma educação de qualidade passa pela questão dos profissionais que atuam no ensino. Segundo o presidente da CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, Roberto Franklin de Leão: “a CNTE estima uma base de 2,8 milhões de trabalhadores em exercício nas redes públicas de ensino básico, dos quais 1,8 milhão está lotado no magistério” (LEÃO, 2008). Neste universo de profissionais, há muitos desafios a serem enfrentados, em especial visando reduzir as deficiências na formação inicial e continuada dos professores, com políticas de formação que estejam associadas a melhores condições de trabalho. Observa-se uma descontinuidade na gestão do projeto pedagógico das escolas, com exagerada rotatividade de professores e diretores numa mesma escola. As escolas dos grandes centros urbanos apresentam altos índices de violência, as escolas das localidades mais distantes ainda apresentam sérios problemas estruturais, como falta de água potável e de energia elétrica, bem como de descaso com prédios e recursos materiais. Os recursos didáticos são desatualizados, escassos, precários e não atendem as necessidades das demandas escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 22 preconiza que “A educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e

em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). Contudo, no cotidiano, observa-se que a escola pública não tem cumprido sua função socializadora enquanto formadora do indivíduo em sua totalidade, de modo a desenvolver um pensamento crítico e autônomo em relação ao mundo (SOUZA, 2003).

Diante desta realidade, permanece o questionamento sobre o ideal de escola de qualidade, estruturada no modelo capitalista, exploratório e promotor de desigualdades, pois, da forma como se apresenta, a escola não está conseguindo contribuir com o processo de mudança social dos sujeitos.

CONCLUSÃO

As metas de Educação para Todos, apresentadas ao longo deste trabalho, e assumidas pelos países com situações ainda precárias de ensino, inclusive o Brasil, expressam o desejo dos organismos internacionais, reguladores das macro políticas de inspiração neoliberais e globalizantes, em resolver o problema mundial, com ações também mundiais. A UNESCO, o UNICEF, as Nações Unidas e o Banco Mundial expõem suas concepções de educação, detalhando as metas/objetivos e a sua operacionalização, de modo a condicionar os países, na sua maioria de Terceiro Mundo ou emergentes à regulações que perpassam por outros ajustes e em especial pelos financiamentos para diversas áreas, sendo estes concedidos, desde que atendidas as exigências impostas por estes organismos internacionais.

Deste modo, é possível percebermos no Brasil um esforço contínuo, em especial a partir da década de 90, na tentativa de buscar este ajustamento regulador das políticas sociais, dentre elas a educacional. Os governos deste período, em nome da participação, valendo-se do propício espaço da reabertura política, com ímpetos de democratização e de autonomia, acabam por repassar muitas incumbências, antes de sua responsabilidade à própria sociedade. A crescente onda de municipalização verificada no período pós Constituição de 1988 sinalizam para esta desresponsabilização do Estado, que cada vez repassa menos recursos financeiros e aumenta o nível de exigências. Assim, percebe-se a constituição dos Sistemas Municipais, nas diversas áreas prioritárias, como saúde, assistência e também educação. No caso da educação, a criação dos sistemas passa pela concepção da lógica de efetiva participação da comunidade no pensar localmente a organização de sua própria realidade educacional, porém, o financiamento e as orientações gerais são delimitadas pelos sistemas de ensino superiores. Ainda há a preocupação em relação à efetivação de uma educação de qualidade, quando a realidade de muitos dos municípios brasileiros é de pobreza, de falta de

recursos básicos, falta de uma estrutura administrativa e organizacional que dê conta de atender as demandas que a sociedade exige.

Neste contexto, tem-se verificado, nas duas últimas administrações federais, uma preocupação em atender estas demandas dos municípios, investindo na realidade municipal de modo a fortalecer as políticas sociais que historicamente delegou-se a estes. Assim, criou-se o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, com vistas a articular as diversas ações para a área educacional e fortalecer aquelas já definidas quando da elaboração, por exemplo do PNE – Plano Nacional de Educação, que por falta de operacionalização ou talvez de vontade política, muito pouco avançou em seus objetivos. Ainda, como política de governo, cria-se o PAR – Programa de Ações Articuladas, onde municípios elaboram diagnósticos de suas realidades e, a partir delas os investimentos educacionais, como recursos financeiros, distribuição de materiais didáticos, ampliações/construções de prédios escolares, investimentos em formação continuada de professores, fortalecimento de Conselhos Municipais de Educação, dos Conselhos Escolares e das equipes técnico-pedagógicas dos órgãos responsáveis pelas políticas educacionais. Deste modo, o governo busca uma redistribuição de recursos e ampliação de mecanismos de acompanhamento, avaliação e execução das ações educacionais nos municípios brasileiros.

Todas estas recentes ações objetivam a qualidade da educação em todos os seus aspectos, conforme explicita o sexto objetivo do Compromisso de Dacar, porém, cabe considerar que, a educação e o ensino com qualidade terão seu desenvolvimento além do satisfatório, quando houver um projeto educacional para o país que contemple as disparidades econômico-culturais e sociais, considerando as distintas realidades e buscando-se o fortalecimento dos ideais democráticos e participativos. Neste quadro se insere a escola e seu compromisso social buscando ser um órgão dinamizador junto a comunidade na luta pelos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9394/96**. Brasília, 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em 15/12/2008.

_____. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2007**. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_01.htm> Acesso em 15/12/2008.

_____. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse/sinopse.asp>> Acesso em 12/12/2008.

_____. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultado Pisa 2003**. Brasília: MEC/INEP, 2003. Disponível em <www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/result_pisa2003_resum_tec.pdf> Acesso em 12/12/2008.

GADOTTI, M. **Da palavra a ação**. In: INEP. Educação para todos: a avaliação da década. Brasília: MEC/INEP, 2000. p. 27-31.

_____. **Significado e desafio da educação básica**. In: International Workshop - World University Service. New Delhi – Índia - 6-8 September 1991. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1991. Disponível em : <www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0018/Significado_Desafio_1991.pdf> Acesso em 15/12/2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries Estatísticas**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE302> Acesso em 15/12/2008.

LEÃO, R. **Entrevista: Professor precisa recuperar o reconhecimento social. 2008**. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/journalContent.action?editionId=8&categoryId=1&contentId=180>> Acesso em 24/10/2008.

SOUZA, R. M. de. **Escola e juventude: o aprender a aprender**. São Paulo: EDUC/Paulus, 2003.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. UNESCO, Jomtien/Tailândia: 1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em 08 jun. 2009.